

Reforma Tributária aprovada na Câmara abre espaço para Lei Orgânica do Fisco



O texto da Reforma Tributária (PEC 45/19), aprovado nesta sexta-feira (7/7) pela Câmara dos Deputados, representa uma conquista para os fiscos federal, estadual, distrital e municipal, ao possibilitar a edição de uma Lei Orgânica do Fisco (LOF), pauta reivindicada pelas carreiras da administração tributária há mais de 16 anos.

O assunto foi incluído no substitutivo da PEC pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), a pedido da ANFIP e das demais entidades que integram o movimento Pacto de Brasília. O objetivo é garantir maior autonomia da administração tributária federal e dos entes federados.

A mudança na Constituição Federal está prevista no artigo 3º, parágrafo 17, da Emenda Aglutinativa, que diz: “Lei complementar estabelecerá normas gerais aplicáveis às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispondo sobre deveres, direitos e garantias dos servidores das carreiras de que trata o inciso XXII.” (NR)

Com a aprovação no Plenário da Câmara, a proposta segue para análise e votação em dois turnos no Senado Federal.

A ANFIP continuará atuando na defesa e manutenção deste dispositivo, que permite consolidar em legislação infraconstitucional a autonomia aos fiscos nas três esferas de governo.

Baixe [aqui](#) o substitutivo da Reforma Tributária.

XXIX CNO: confira quem são os inscritos às vagas de convencional

A Comissão Eleitoral da ANFIP disponibilizou, no dia 5 de julho, os nomes dos candidatos inscritos às vagas de convencional da XXIX Convenção Nacional Ordinária (CNO). A eleição será realizada no período do **28 de julho ao dia 1º de agosto, por meio eletrônico**, através do site da ANFIP, e a proclamação do resultado ocorrerá em 2 de agosto.

A ata de homologação das candidaturas será divulgada até o dia 10 de julho e a relação de candidatos será disponibilizada, por Unidade da Federação, no menu “Candidatos” do hotsite a ser liberado também nesta data (convencionais2023.anfip.org.br). Após a homologação, acessando esse link, cada eleitor poderá conhecer a proposta eleitoral dos candidatos.

Os convencionais são eleitos por estado, conforme quantitativo publicado no Edital ([AQUI](#)), e integram importantes deliberações da Entidade. Confira os associados inscritos listados por ordem de UF [aqui](#).



Projeto Sociocultural promove eventos nos estados
PÁGINA 2

PréFIT 2023: Entidades do fisco defendem reforma tributária ampla
PÁGINA 3

ANFIP e Fonacate protocolam reivindicações no MGI
PÁGINA 6

Projeto Sociocultural promove diversos eventos nos estados

Incentivando a integração e a confraternização entre os associados da ANFIP em cada Unidade da Federação, em parceria com as Associações e Representações Estaduais, o Comitê Gestor aprovou a realização de vários eventos.

No dia **22 de julho**, às 16 horas, será realizada a **XXI Festa Junina da Estadual de Minas Gerais (ANFIP-MG)**. Para participar, é necessário confirmar presença pelo e-mail eventosmg@anfip.org.br e retirar os convites na sede da entidade. Mais informações podem ser obtidas pelo

telefone (31) 3201-3582.

Já no dia **18 de agosto**, às 20 horas, a **Agafisp, Estadual do Rio Grande do Sul**, promove, na Sociedade Germânica, o **Jantar Baile** de confraternização em comemoração aos 30 anos de nomeação da Turma de 1993. A confirmação de presença deve ser enviada pelo e-mail eventosrs@anfip.org.br. O telefone para contato é o (51) 3224-4355.

Também dentre as atividades do Projeto Sociocultural, no mês de junho, a ANFIP realizou eventos com a temática São João em Pernambuco (14/6), Bahia

(15/6), Goiás (16/6), Sergipe (16/6), São Paulo (21/6), Amazonas (23/6), Ceará (23/6), Espírito Santo (23/6) e Rio Grande do Norte (30/6).

Para receber os comunicados dos próximos eventos e das ações da Entidade, via WhatsApp, é necessário salvar em seu telefone o número (61) 98289-5150, da Comunicação Social, e enviar uma mensagem registrando o interesse no conteúdo.

Fique atento e participe, pois sua presença é muito importante!

Seminário no RS debate os desafios dos RPPS; confira a programação

No dia 13 de julho, a partir das 9 horas, será realizado o Seminário Regimes Próprios de Previdência Social – Desafios e Perspectivas, que vai ocorrer no Plenário Ana Terra, da Câmara Municipal de Porto Alegre (RS), e terá transmissão ao vivo pela TV ANFIP, no Youtube.

O evento é organizado em parceria da ANFIP, Agafisp (Estadual gaúcha da Associação), Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), a Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim) e Pública Central do Servidor. No RS, também conta com o apoio da União Gaúcha em Defesa da Previdência Pública, da Associação do Ministério Público do RS (AMPRS) e da Comissão de Seguridade Social da OAB, seccional RS.

O objetivo do seminário é discutir as questões relacionadas aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com participação de especialistas, Auditores Fiscais e autoridades, que abordarão a sustentabilidade financeira dos regimes, os desafios atuais, bem como as perspectivas futuras em relação à aposentadoria e aos benefícios previdenciários dos servidores públicos.

Os interessados podem solicitar inscrição pelo e-mail rpps.rs@anfip.org.br, no qual devem informar se a participação será presencial ou virtual.

Preparativos - O presidente da ANFIP, Vilson Romero, participou de reunião no dia 3 de julho, com representantes de entidades do Rio Grande do Sul, para tratar da organização do Seminário.

Confira a programação:

Realização: ANFIP, FENAFIM, FENAFISCO, PÚBLICA

Seminário **Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) Desafios e Perspectivas**

13 de julho - 9h às 18h

Plenário Ana Terra Câmara Municipal Porto Alegre/RS

Inscrições pelo e-mail: rpps.rs@anfip.org.br

Apoio: AGAFISP, AMPRS, ANFIP, FENAFISCO, FENAFIM, OAB, Comissão de Seguridade Social

Seminário
Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)
Desafios e Perspectivas

- 9h - Abertura**
- 9h30 - RPPS – EVOLUÇÃO NORMATIVA**
- Maíra Mota**
Advogada e vice-presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/RS
- 10h - RPPS - IMPACTOS DA EC 103/19**
- Aline Danelon**
Advogada, integrante da Comissão de Seguridade Social da OAB/RS
- 10h30 - RPPS - REGULAÇÃO E SUPERVISÃO**
- Sérgio Pedro Werlang**
Auditor fiscal da Diretoria dos RPPS do MPS
- 11h - Debates**
- 12h00 - Intervalo para Almoço**
- 13h30 - RPPS – EQUILÍBRIO ATUARIAL**
- Gustavo Adolfo Carrozzino**
Atuário e auditor do Tribunal de Contas do Estado do RS (TCE/RS)
- 14h30 - RPPS – UNIDADE GESTORA ÚNICA E RPC**
Representante do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de POA (Previmpa)
Conselheiro representante dos servidores – Previmpa
José Guilherme Kliemann
Diretor-Presidente do Instituto de Previdência do RS (IPE Prev)
Filipe Leiria
presidente do Ceape/TCE e conselheiro do IPEPrev
- Elisângela Hesse**
Diretora - Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do RS (RS-Prev)
- 16h30 - RPPS – PERSPECTIVAS E REGULAMENTAÇÃO**
- Alderí Zanatta**
Presidente da Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública (Agip)
- Marcelo Tassinari**
Advogado e membro da Comissão de Seguridade Social da OAB/RS
- 17h - Aprovação da Carta de Porto Alegre**

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **LINHA DIRETA** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marta de Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Edição eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

PréFIT 2023: Entidades do fisco defendem reforma tributária ampla



A segunda edição do encontro preparatório do Fórum Internacional Tributário – FIT 2023 foi realizada no dia 4 de julho, no Auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados, reunindo especialistas nacionais e internacionais, autoridades e parlamentares.

O evento, promovido numa parceria de ANFIP, Fenafisco e Sindifisco Nacional, com apoio da Fenafim, debateu a “Tributação da renda, da riqueza e do consumo: o Brasil na contramão da OCDE” e reforçou a importância de que a reforma tributária brasileira seja ampla, corrigindo as diversas anomalias, visando não apenas a eficiência econômica, mas também a redução das desigualdades.

Integrando a mesa de abertura, **Gilberto Pereira**, vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, ao ressaltar a importância do seminário, avaliou que a reforma tributária é o “grande tema que vai transformar esse país”. “Mas, não está caminhando do jeito que nós gostaríamos. Entendemos que a reforma somente do consumo não resolverá o grande problema estrutural do país, em relação ao seu sistema tributário”. Por isso, completou, “esse evento visa provocar que esse Parlamento venha, ainda neste ano, também colocar na pauta a reforma da renda e do patrimônio”.

Para o representante da ANFIP, as mudanças no sistema de impostos devem priorizar o cidadão, principalmente os de mais baixa renda. “Que essa reforma seja, realmente, uma reforma que mude a vida dos brasileiros, reduzindo a desigualdade social”, destacou.

Francelino Valença, presidente da Fenafisco, considerou o momento ímpar para fazer o debate proposto

pelo seminário. “Esse FIT não poderia acontecer em melhor momento, que é o momento em que está acontecendo a reforma tributária. Mas, que pena que a reforma tributária deverá ser apenas e somente sobre o consumo”.

O dirigente apontou, ainda, as preocupações com o prazo da tramitação do projeto. “Também é lamentável que numa República democrática, em que a democracia é a ‘menina dos olhos’, tenhamos um texto para ser discutido em 15 dias. O que deve mudar todo o sistema tributário da nossa Nação, uma luta de modificação há décadas, deve ser discutido em apenas 15 dias. O que dá para discutir em 15 dias? 15 dias dá para discutir com profundidade, debater e decidir o futuro da Nação? Esse é o caminho da nossa República democrática? Esse é o Parlamento que a gente quer?”, questionou Valença.

Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional, também considera o momento importantíssimo para o debate da sociedade brasileira, que se estrutura por meio da tributação. “Ela [a tributação] faz com que a gente seja o que temos de bom ou de ruim. A nossa profunda desigualdade social, que nos notabiliza

diante do mundo, e de uma forma bastante negativa, é um desdobramento também do nosso sistema tributário, que concentra riqueza por diversos mecanismos. Concentra riqueza por uma tributação excessiva sobre o consumo e insuficiente sobre a renda; pelo excesso de benefícios tributários, dados de forma não razoável, justamente para aqueles que menos precisam; enfim, por diversos mecanismos do sistema tributário nacional que não estão sendo atacados pela reforma tributária, infelizmente”.

Segundo o presidente do Sindifisco, a maior parte dos mecanismos que causam injustiça não estão sendo tratados na reforma. “Uma reforma tributária no Brasil deve servir para resolver os problemas brasileiros e não resolver os problemas de um certo setor da economia, de um certo extrato social. Precisamos caminhar como um país e, para isso, precisamos ter um sistema tributário que reduza nossas desigualdades, que promova nosso desenvolvimento sustentável”, destacou Falcão.

Representando os Auditores e Fiscais Municipais, **Fábio Macedo**, presidente da Fenafim, falou sobre os desafios dos municípios em ter suas questões atendidas no texto da reforma tributária. “Não estamos sendo devidamente ouvidos nem reconhecidos. Isso é grave. Nós, que estamos nos municípios, conhecemos bem a realidade. Essa reforma não tem olhar municipalista. Para se ter uma ideia, no último relatório, conferiram aos estados a progressividade da transmissão de bens e imóveis de natureza não onerosa, a progressividade da alíquota. O município tem a competência de tributar a transmissão onerosa”



Macedo insistiu que a reforma tributária precisa ter olhar municipalista, sob o risco de se criar um colapso na economia dos municípios brasileiros. “Nenhuma reforma vai ser boa para o país se não olhar para o município, porque o tributo tem uma finalidade que é prover o poder público de recursos para prestar serviços públicos. Quem está mais próximo ao cidadão? É o município. E o município está sendo ouvido? Não. Sabemos que esse modelo não vai se sustentar, cidades importantes vão ter colapsos nos seus orçamentos e quem habita nas cidades somos nós. Esse projeto tem que comportar mais de cinco mil municípios. Nem todos vão caber. Vamos assistir a cidades sujas, esburacadas; prefeitos sem poder pagar o piso dos professores, enfermeiros; escolas sem merenda”, alertou, acrescentando que a reforma tributária não pode ser uma competição de PECs, mas um projeto de país, de federação. “Não teremos um Brasil melhor com municípios fracos e submissos”.

Caminhos para o aumento da receita do IRPF- Estreando o primeiro painel do evento, **Sara Perret**, chefe da Divisão de Imposto de Renda e Propriedade do Centro de Política e Administração Tributária da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), deu início à sua exposição, focada na análise da tributação da renda pessoal no Brasil e na comparação da prática com os demais países da Organização.

De acordo com a economista, a carga tributária brasileira está próxima da média da OCDE e mais alta do que a média da América Latina e Caribe (ALC). Por outro lado, a participação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) na receita tributária total mostrou-se significativamente mais baixa no Brasil do que nos países em questão.

Os dados revelam ainda que a maior fonte da receita tributária brasileira são as contribuições da Seguridade Social, representando 26% da receita total, semelhante ao padrão internacional; enquanto a receita obtida com o IRPF corresponde a apenas 10% do total, percentual considerado baixo diante do 1/4 da média internacional.

A especialista destacou que, a



tributação da renda do trabalho no Brasil mostrou-se menos progressiva, pois a alíquota máxima do IRPF é comparativamente mais baixa e é aplicada a um nível mais baixo de renda. Já nos países latino-americanos da Organização, há alíquotas máximas superiores às do Brasil, aplicadas a maiores níveis de renda.

O Brasil também possui comparativamente altas Contribuições Previdenciárias (CPs), particularmente a nível do empregador. Um diferencial, segundo a especialista, é que a CP do trabalhador brasileiro é progressiva, sendo o caso de apenas dois países da OCDE, Israel e Itália, enquanto todos os outros aplicam uma taxa fixa.

Sobre a taxa de capital pessoal, com foco em dividendos e ganhos, Perret afirmou que, diferente das práticas comuns da Organização, apenas Brasil, Estônia e Letônia não cobram impostos na distribuição de resultados. O imposto sobre dividendos vigorou no sistema brasileiro até 1995, mas foi substituído por uma alíquota maior do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ), que hoje corresponde a 34%, mais alto do que qualquer outro país da OCDE.

Os ganhos de capital no Brasil são tributados com taxas progressivas, ao passo que é aplicada uma tabela do IRPF mais favorável aos ganhos de capital do que sobre os rendimentos do trabalho. Enquanto isso, os países da OCDE utilizam uma variedade de abordagens, incluindo alíquotas separadas para ganhos de capital, geralmente proporcionais e com taxas estáticas; tributação de ganhos de capital junto a outras rendas pessoais, com taxas progressivas e deduções; e, menos comum, a não tributação desses ganhos.

Perret destacou ainda que o

Brasil oferece diferentes regimes preferenciais para auxiliar pequenas e médias empresas, incluindo regimes simplificados para MEI, Simples Nacional e Lucro Presumido. Em uma comparação internacional, o limite de renda do MEI aparenta ser baixo, enquanto o do Simples e do Lucro Presumido é elevado.

Considerando isso, a experiência no exterior aponta lições importantes no desenho dos regimes simplificados de tributação, constatando que, além de incentivar o crescimento das pequenas empresas, os regimes podem ajudar a formalizar a economia e a expandir a cobertura da proteção social. No entanto, é necessário que esses regimes sejam melhor calibrados para atingirem somente as pequenas empresas, devendo reduzir os desincentivos na transição para o regime padrão e evitar incentivos à arbitragem, bem como mecanismos regressivos e regras complexas.

Visando promover eficiência, progressividade e aumento de receita do IRPF no Brasil, Perret chegou às seguintes conclusões:

- Uma alta tributação sobre o trabalho pode desencorajar o emprego formal e incentivar mudanças artificiais na oferta de trabalho para autônomos ou incorporados (“Pjotização”);

- Os princípios de equidade horizontal e vertical podem ser melhor promovidos através de uma harmonização na tributação das diferentes formas da renda pessoal;

- Há espaço para fortalecer a progressividade e a capacidade distributiva do IRPF revisando os gastos tributários regressivos;

- A não indexação das faixas aumenta a carga tributária do IRPF, principalmente para a classe média; ▶

– Há um aparente espaço para aumentar o papel dos impostos sobre a propriedade pessoal, incluindo, por exemplo, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto de Transmissão por Causa Mortis e Doação (ITCMD);

– A política de combater a elisão fiscal por meio do uso de “offshores” deve ser continuada, assim como o atual progresso do intercâmbio automático de informações financeiras para fins tributários (AEOI, na sigla em inglês) entre países, que cria uma oportunidade de repensar a tributação da renda de capital.

Perdas por abuso fiscal - No segundo painel do PrÉFIT 2023, a pesquisadora latino-americana da Tax Justice Network, **Florencia Lorenzo**, revela que o Brasil perde cerca de 8 bilhões de dólares, anualmente, com paraísos fiscais, podendo chegar até 12 bilhões de dólares, ao considerar custos indiretos desse abuso fiscal.

Florencia Lorenzo informou que a organização internacional está preocupada em defender sistemas tributários mais justos e foca, especialmente, no fenômeno do abuso fiscal, sendo responsável por produzir dois índices principais de paraísos fiscais, o primeiro é sobre sigilo fiscal e dissídio financeiro; e o segundo é um dissídio fiscal corporativo. Como ponto de partida, ela explicou que, ao pensar a tributação na perspectiva comparada, é preciso considerar o que se quer e o que os impostos devem cumprir no escopo da sociedade.

“Quais são os objetivos que a gente quer chegar? Um primeiro ponto que atravessa qualquer discussão sobre tributos é a questão de juntar recursos, porque, como a gente sabe, os tributos são

fundamentais para financiar os serviços públicos. E, neste contexto de reforma, que gera incertezas sobre o impacto na arrecadação, é muito importante pensar o sistema tributário em sua totalidade para, também, conseguir buscar esses recursos de forma a garantir a segunda corrente dos impostos, que é a redistribuição”, ressaltou.

De acordo com a especialista, a Tax Justice Network todos os anos publica um estudo chamado “Estado Atual da Justiça Fiscal”, no qual é feita uma estimativa do impacto do abuso fiscal na arrecadação dos Estados. “A gente estima que, no nível global, se perde quase meio trilhão de dólares em abuso fiscal. E aqui estamos pensando em abuso fiscal por indivíduos muito ricos, por grandes corporações, que chamamos de abuso fiscal internacional”, disse, destacando, por isso, a importância do combate às offshores como um componente central da arrecadação.

Em se tratando do Brasil, segundo Florencia Lorenzo, essa perda de recursos é estimada em 8 bilhões de dólares anualmente. “Além disso, se a gente olhar para os custos indiretos desse abuso fiscal, a escala disso aumenta muitíssimo, porque estamos falando tanto em dinâmica de corrida ao fundo do poço, quando um país baixa e os outros países vão reduzindo, e isso gera custos indiretos; mas, também, por exemplo, da necessidade de financiar gastos fiscais com dívida. Isso também pode ser um custo indireto desse abuso fiscal”.

Ela afirma ainda que pesquisas de colegas especialistas em tributação apontam que no Brasil, anualmente, considerando o que chamam de deslocamento de lucros para paraísos fiscais e o computando também custo

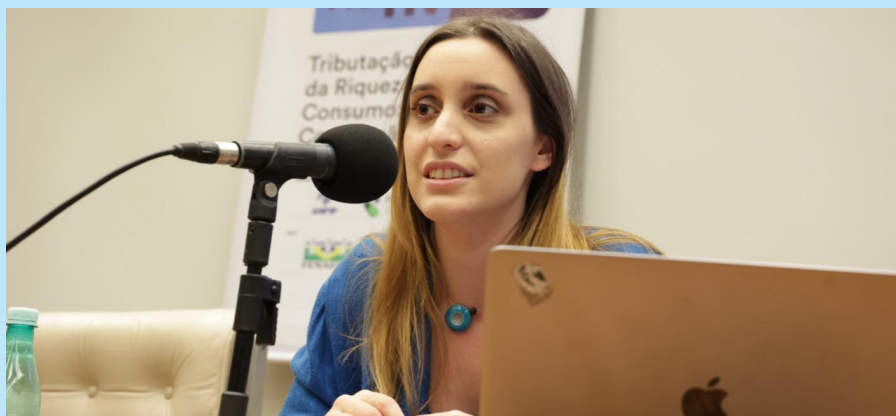
indireto, a estimativa de perda é de 12 bilhões de dólares. “É uma receita muito considerável quando a gente está pensando a escala de algumas reformas”, pontuou.

Para melhorar a arrecadação e o combate ao abuso fiscal dos países, Lorenzo destaca transparência fiscal, intercâmbio automático de informações e redistribuição. “A questão da redistribuição, talvez, seja a questão central que a gente debate hoje. Ela não é desvinculável também da questão do abuso fiscal, porque, como a gente sabe, a maior parte do abuso fiscal está concentrado nos setores que têm capacidade de acessar, justamente, uma rede de facilitadores, uma série de artifícios contábeis que permitem que eles reduzam sua carga tributária. Isso quando a gente não encontra situações nas quais o próprio sistema tributário acaba beneficiando certos setores da sociedade, que é a questão da isenção de dividendos, que talvez seja um ponto central de qualquer discussão de como melhorar a progressividade do sistema tributário brasileiro, que é inclusive um mandado constitucional, que não tem sido cumprido até hoje, na forma que nosso sistema está”, analisou.

A especialista também defendeu a atuação do Brasil junto a outros organismos internacionais e que o país pautar seus interesses. “A gente está muito focado, nesse momento, numa discussão interna sobre a reforma tributária. Mas é muito importante que o Brasil participe internacionalmente e seja uma voz atuante nas discussões de reforma tributária no plano global, porque, como temos discutido, o abuso fiscal internacional é um componente central da nossa capacidade de construir sistemas tributários progressivos”.

Aprovação da reforma tributária -

O evento também contou com a participação do coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, **Reginaldo Lopes (PT/MG)**, que, na ocasião, defendeu a aprovação da matéria. “Temos uma oportunidade histórica de realizar essa reforma depois de 40 anos. É um debate que não se encerrará aqui na Câmara dos Deputados, nós teremos a discussão no Senado e vamos continuar debatendo a reforma”, disse. ▶





Lopes comunicou que foi constitucionalizada a obrigatoriedade do envio da reforma sobre renda e patrimônio no prazo de 180 dias após a promulgação da emenda constitucional. “Compreendemos que o Brasil tem um espaço enorme para tributar de maneira mais justa a renda e o patrimônio e que o aumento nessa arrecadação, seguindo o princípio da neutralidade da carga tributária, deveria incidir na redução da alíquota padrão sobre o consumo, que de fato é o imposto mais regressivo”.

Acerca da burocracia para aprovação da reforma tributária, o deputado **Mauro Benevides Filho (PDT/CE)** afirmou que, apesar de ser um tema debatido há tantos anos e sempre ter problemas, atualmente há um clima mais favorável à aprovação do que se teve no passado. Segundo o parlamentar, entre as questões mais graves que geram dificuldades para aprovação de uma reforma são a discordância entre União e Congresso Nacional acerca das propostas elaboradas, conflitos entre os estados produtores, a pressão do setor de serviços dentro do Congresso e a criação de uma agência federativa.

Sobre o cronograma para o segundo semestre, o deputado declarou que o compromisso do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é fazer uma alteração profunda no Imposto de Renda. “Nós vamos pressionar para que isso aconteça, passando por uma reestruturação do Imposto de Renda, mas, sobretudo, dos dividendos”.

Para o deputado **Bohn Gass (PT/RS)** é necessário o enfrentamento da guerra fiscal. “Os grandes problemas sociais que temos hoje são frutos da guerra fiscal e do desordenamento tributário

do nosso país. O sistema tributário atual é burocrático, injusto, regressivo e tem sonegação. Temos que simplificar”, alertou.

Bohn Gass também criticou a falta de transparência na tributação e as renúncias fiscais que acontecem no modelo de hoje. “Temos questões localizadas que têm que ser aprimoradas. E são nessas que temos que atuar, mas não no sentido de impedir que a reforma seja feita. Ela não vai corrigir todos os problemas, tem a questão da progressividade que tem que entrar, mas os elementos principais que estão sendo apresentados agora são muito bons”, disse. De acordo com o deputado, é imprescindível assegurar o compromisso de discutir, em seguida, a renda e o patrimônio.

Confira as apresentações completas do evento no Youtube, no canal do Fórum FIT 2023.

Sobre o FIT - O primeiro PrêFIT ocorreu no dia 29 de maio, também na Câmara dos Deputados, e é parte das atividades preparatórias para o Fórum Internacional Tributário (FIT) de 2023, que será realizado de 28 a 30 de agosto.

Esta é a terceira edição do FIT, tendo ocorrido também em 2021 e 2018. É o maior evento tributário da América Latina, reunindo representantes de organismos internacionais para debater um modelo tributário mais justo, moderno e eficiente, bem como os desafios para se ter progressividade nos impostos e o combate às desigualdades.



ANFIP e Fonacate protocolam reivindicações no Ministério da Gestão

No próximo dia 11 de julho, as representações de servidores do Poder Executivo federal devem se reunir com autoridades do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para a primeira rodada de negociações envolvendo a definição de pautas gerais do funcionalismo para 2024.

O documento com as reivindicações da campanha salarial foi protocolado no dia 4 de julho na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). No documento, a ANFIP e as demais entidades afiliadas ao Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) reforçam a necessidade de a recomposição ser “condizente com as perdas históricas dos servidores públicos federais, sem desconsiderar as projeções

inflacionárias”; requerem a revogação definitiva de medidas antissindcais; e a gestão do governo para promoção de medidas legais de amparo aos direitos dos servidores federais, como regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a revogação definitiva do Decreto 10.620.

Requerem ainda a equiparação dos benefícios dos servidores do Executivo com os dos servidores dos demais poderes e a atualização, de acordo com o IPCA acumulado, da indenização de transporte.

Acesse [aqui](#) a íntegra da pauta reivindicatória.

Reunião – No dia 3 de julho o presidente Wilson Antonio Romero

participou de reunião híbrida do Fonacate, com as entidades que o integram, para discutir as principais reivindicações que foram inseridas na pauta. Durante o encontro também foram definidas as entidades que representarão o Fórum na Mesa Nacional de Negociação.



Frente Servir Brasil analisa principais pontos da Reforma Tributária em debate

O presidente Wilson Romero e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participaram em 5 de julho do debate promovido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), para discutir os principais pontos do relatório apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) à PEC 45/19, que trata da Reforma Tributária.

A proposta substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) pelo modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual de padrão internacional, com o objetivo de simplificar o sistema tributário atual.

O deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária na Câmara, defende uma base ampla de tributação e a transparência dos impostos. “O que nós estamos propondo não é uma mera simplificação, mas uma correção de distorções, de várias naturezas”, completou. Segundo o parlamentar, há uma previsão de crescimento econômico de 12% a 20% nos próximos 10 anos, com a aprovação da reforma.

Lopes também informou que foi constitucionalizada a obrigatoriedade do envio da reforma sobre renda e patrimônio no prazo de 180 dias após a promulgação da emenda constitucional.

Em relação à reforma dos tributos sobre o consumo, a diretora de Relações Institucionais da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Camilla Cavalcanti, destacou que o governo federal apoia a PEC 45/19,



pois além da simplificação, torna o sistema mais justo com a implementação do *cashback* e aplica alíquotas menores para áreas essenciais, como saúde, educação, dispositivos médicos e transportes públicos, dentre outros pontos.

O evento, realizado na sede do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), contou com a presença de parlamentares e de diversos representantes de entidades que compõem a Frente. O deputado federal Luiz Carlos Hauly (Podemos/PR), autor da PEC 110/2019, que também trata do sistema tributário, integrou as discussões.

Assista à transmissão completa do debate no Instagram da Frente [aqui](#).

ANFIP participa de evento da Geap Saúde com entidades representativas dos servidores



A Comissão de Saúde da ANFIP, composta pelos vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), participou de uma roda de conversa promovida pela Geap Saúde, no dia 6 de julho, com entidades representativas dos servidores públicos federais.

Na ocasião, foi debatido o papel do governo no financiamento dos planos de saúde dos servidores públicos federais e anunciadas as ações que estão sendo desenvolvidas pela nova gestão da Geap em prol de melhorias para os beneficiários, incluindo revisão da estrutura organizacional, propostas de novos convênios, redução de burocracias, lançamento de campanhas de acolhimento e outros.

Ariovaldo Cirelo aproveitou a oportunidade para passar as necessidades dos Auditores Fiscais em relação

ao plano, solicitando medidas para aperfeiçoar e ampliar a rede credenciada e o atendimento nos estados, sobretudo do interior, bem como a redução do alto valor das mensalidades – conforme a faixa salarial – e do prazo para pagamento dos prestadores de serviço, fato que dificulta a ampliação e manutenção da rede credenciada. O vice-presidente colocou a Associação à disposição para fazer parcerias e auxiliar durante a reformulação da operadora.

Diante dos pontos levantados, os dirigentes da Geap, em especial o diretor-presidente Douglas Vicente Figueredo, reafirmaram o compromisso em encontrar soluções cabíveis para corrigir e aprimorar o sistema.

Ainda, ligado à pauta dos servidores públicos, foi apresentado o movimento “A Geap é nossa”, organizado pelos beneficiários da operadora, que reivindica o financiamento da Geap, traduzido “no reajuste do auxílio-saúde, subsidiando em 80% o plano que serve de base para a realização do Convênio Único, denominado Geap Referência”, e o resgate da essência da entidade como um instrumento de política de gestão de pessoas do governo federal, origem de sua existência.

As reivindicações do movimento tiveram 3 mil assinaturas coletadas em menos de 48 horas e foram entregues à ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dwek, e à presidente do Conselho de Administração, Desenvolvimento Institucional e Gestão de Pessoas (CONAD), dando conhecimento à Casa Civil.

ANFIP e Mosap defendem redução gradual das contribuições previdenciárias dos servidores aposentados



Em trabalho parlamentar realizado em 4 de julho, o vice-presidente de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva Neto, e os representantes do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap) estiveram no gabinete da deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL/SP) para tratar de pautas de interesse dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

No encontro, foi solicitado o apoio da parlamentar para a

redução gradual das contribuições previdenciárias dos servidores aposentados a partir dos 65 anos, sugerida à PEC 555/2006; além de outras propostas, em formato de projeto de lei, como a criação de uma unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social da União e a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) das despesas com medicamentos, equipamentos e outros desembolsos indispensáveis para a qualidade de vida do inativo ou inválido.

Em complemento, os dirigentes demonstraram apoio à [proposta](#) elaborada pela deputada com o objetivo de não macular princípios basilares da Constituição Federal, corrigir as distorções perpetradas pela EC nº 103/2019, impedir que se estabeleça a natureza confiscatória da contribuição previdenciária e garantir a sobrevivência digna de aposentados e pensionistas dos regimes próprios previdenciários. As entidades seguem monitorando a matéria.

Pelo Mosap, estiveram presentes o presidente, Edison Haubert, e o diretor de Assuntos Jurídicos, Marco Aurélio Gonsalves.

ANFIP prestigia instalação da Frente em Defesa dos Aposentados e Pensionistas

Representada pelo vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, a ANFIP participou de audiência na Câmara dos Deputados, no dia 5 de julho, para a instalação da [Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Aposentados e Pensionistas](#), de iniciativa do deputado federal Cleber Verde (MDB/MA).

Ao se pronunciar, José Arinaldo destacou a atuação da Associação em defesa da categoria, uma das bandeiras da Entidade, e a importância de se ter maior sensibilidade com os cidadãos aposentados e pensionistas, que colaboraram para o desenvolvimento do país e hoje, sem o mesmo poder de atividade econômica, possuem maior vulnerabilidade na sociedade (confira a fala completa [aqui](#)).

“A nossa democracia é resolvida aqui no Congresso Nacional. Por isso, gostaria de parabenizar a criação desta Frente Parlamentar, os esforços do INSS e a todos que trabalham em prol dos aposentados, que têm essa sensibilidade de reconhecer que esse povo que trabalhou e se dedicou a vida toda, hoje em dia não está só, tem o Parlamento que pensa nele. A ANFIP está aqui para ajudar, para colaborar. Conte

conosco”, afirmou o vice-presidente.

Compartilhando experiências e perspectivas acerca dos desafios enfrentados pelos aposentados e pensionistas brasileiros, outros representantes de classe, líderes políticos, membros do Poder Executivo e parlamentares marcaram presença no [lançamento da Frente](#), idealizada com o objetivo de assegurar os direitos da categoria, a partir de diálogos, propostas e aprimoramento de políticas públicas.

Também acompanharam a audiência os vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares).



Conselho Executivo planeja atividades do segundo semestre de 2023



Os integrantes do Conselho Executivo da ANFIP realizaram reunião extraordinária, em 5 de julho, na sede da Associação, em Brasília, para definir as ações que serão desenvolvidas no segundo semestre de 2023.

Foram discutidos os detalhes da XXIX Convenção Nacional Ordinária, referentes à aprovação do Regimento Interno, a propostas de reformas ou alterações estatutárias e à organização geral do evento, previsto para acontecer em setembro.

Além disso, foi realizada atualização do andamento das ações judiciais da Associação e apresentado o planejamento das atividades e projetos de cada vice-presidência até o fim da gestão.

AÇÃO FISCAL

Receita Federal apreende 131 kg de cocaína no Porto de Santos

Durante a realização de trabalhos de rotina de vigilância e repressão aduaneiras, foi determinado novo escaneamento de contêineres armazenados no pátio de um terminal portuário de Santos (SP).

Selecionadas algumas unidades de carga para conferência física, em uma delas foram identificadas bolsas esportivas colocadas em meio a uma carga de bobinas de papel cartonado para embalagens alimentícias. Dentro

das bolsas, foram localizados diversos tabletes de cocaína totalizando 131 kg. O contêiner estava destinado à Europa, mas faria baldeação na África do Sul.

Em função das características observadas na ação, suspeita-se ter ocorrido o emprego da técnica criminosa denominada "Rip-Off modality", na qual a droga é inserida em uma carga regular, sem o conhecimento dos exportadores e dos importadores. O uso dessa técnica dificulta a gestão de risco aduaneiro,

requerendo servidores especializados na análise de imagens e conhecimento no controle da movimentação de contêineres de exportação.

Após a confirmação da contaminação, a Polícia Federal foi acionada para os procedimentos de polícia judiciária da União e para realizar a perícia no local dos fatos, a fim de subsidiar a investigação a ser conduzida em inquérito policial.

Fonte: Receita Federal

ESTADUAIS

ANFIP-MT se reúne com associados



O representante da ANFIP-MT, Benedito Cerqueira Seba, realizou reunião com os associados da Estadual, no dia 29 de junho, na Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para tratar de temas de interesse da Entidade.

Seba apresentou um resumo do I Encontro do Centro Oeste, realizado em Pirenópolis (GO), destacando a presença de colegas de diversos estados, inclusive do Mato Grosso, e a programação que prestigiou a cultura e o folclore da localidade. O anfitrião, presidente da ANFIP-GO, Carlos Castro e o coordenador do evento agradeceram o presidente da ANFIP Wilson Romero pelo incentivo, patrocínio e apoio para realização do evento.

Na ocasião, o representante informou os associados sobre a realização da XXIX Convenção Nacional da ANFIP, que será realizada em setembro, em Brasília.

Também foi exposto o andamento das ações, entre elas os 28,86%, 3,17% e a Gifa. Abordaram ainda a regulamentação do Bônus de Eficiência e a repercussão da decisão da ação do Sindicato sobre anuênios e quinquênios.

No final do encontro, foram comemorados os aniversariantes do 2º trimestre.

ANFIP-CE realiza festa de São João e homenageia aniversariantes

A ANFIP-CE, Estadual no Ceará, com o apoio do Projeto Sociocultural da ANFIP, realizou no dia 23 de junho sua tradicional festa junina e a comemoração dos aniversários dos associados referente ao segundo trimestre de 2023.

Os pontos altos foram os reencontros entre os participantes, muito forró, com animação da Banda Forró Tudo – Júnior Sanfoneiro; apresentação da quadrilha junina da ANFIP-CE, além dos sabores da culinária típica das festas de São João do Nordeste.

Participaram do evento associados e seus familiares, destacando as presenças do delegado Paulo Régis Arcanjo Paulino, da Delegacia da Receita Federal em Fortaleza; de Alexandre Guilherme Vasconcelos, superintendente adjunto; e Gilson Fernando Ferreira de Menezes, presidente da Estadual cearense.

Os associados aniversariantes foram homenageados com sorteios de presentes, tendo sido ganhadores Maria das Neves

Lopes Gonçalves, Maria Alice Feijó de Sá e Benevides e Patrícia Jucá Alves Garcia. No sorteio para todos os presentes no evento, a contemplada foi a associada Maria Aurinete Chaves.



BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Unyleya oferece 100 bolsas para ensino superior EAD

A Faculdade Unyleya, parceira do Clube de Vantagens da ANFIP, iniciou nova campanha com condições imperdíveis para você, associado, ou

um de seus dependentes. São oferecidas 100 bolsas de estudo para começar uma graduação ou pós-graduação EAD (educação a distância).

Acesse a plataforma de convênios anfip.temvantagens.com.br para consultar todas as condições e escolher sua próxima formação.

Empréstimos com taxas a partir de 1,42% ao mês é na Cooperforte!

A Cooperforte está com você, seja qual for sua necessidade financeira! Aqui tem crédito com taxas reduzidas, a partir de 1,42% ao mês, no Crédito Inicial, ou 1,79% no Crédito Parcelado, com prazo de até 96 meses!

E operar com a sua Cooperativa é muito simples. Basta fazer suas operações pelo APP Cooperforte ou no autoatendimento. cf.coop.br e solicitar seu crédito de forma 100% digital. Se formalizada a operação até as 17h, o seu empréstimo cai na conta corrente no mesmo dia!

Ao contratar operações na Cooperforte, você ainda

garante participação nas sobras distribuídas anualmente, na proporção dos negócios realizados ou mantidos no período. Com a distribuição das sobras referentes a 2022, os tomadores de empréstimos tiveram devolução de parte dos juros pagos, correspondente a 1,50 pontos percentuais na taxa anual efetivamente paga no referido ano.

Se ainda não é associado da Cooperativa, baixe já o APP e faça sua associação! Venha para a Cooperforte e viva um cooperativismo apaixonante!

Fonte: Cooperforte

Aproveite as férias com descontos imperdíveis do seu Clube de Vantagens

Associado(a) chegou a hora de planejar suas férias! Aproveite os descontos de até 30% das empresas parceiras do ANFIP Tem+Vantagens

e garanta já os melhores passeios em família.

Estão disponíveis ofertas imperdíveis para parque aquático,

cinemas, parques de diversão e hotéis.

Consulte as condições no site anfip.temvantagens.com.br e prepare o seu roteiro de diversão com economia!

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100

0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)

E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)

(61) 99973-5776 (WhatsApp)

E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br
br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)

(61) 98176-9051 (WhatsApp)

(61) 3251-8121 / 8123 / 8126

E-mail: juridico@anfip.org.br

Atualize ou
confirme seus
dados cadastrais
de 1º/5 a 31/7

Acesse e concorra ao
sorteio de um Samsung
Galaxy S23 + 5G



PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)

(61) 98366-6006 (WhatsApp)

E-mail: assistenciais@anfip.org.br

MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199

Benevix (Concierge): (27) 99663-6339

concierge@benevix.com.br

Benevix/Unimed: 0800 606 7272

Geap: 0800 728 8300

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL